



AS DISPUTAS ENTRE O JORNAL DE NOTÍCIAS E O PEQUENO JORNAL: A DEPOSIÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ GONÇALVES

Indira Naiara Silva dos Santos

Este artigo foi fruto do EDITAL Nº 01/2020 - Premiação Aldir Blanc Bahia
Prêmio FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, categoria MEMÓRIA

Apoio financeiro



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Ficha catalográfica gerada pela equipe de Bibliotecárias da Gerência técnica – Getec.

S236d Santos, Indira Naiara Silva dos.

As disputas entre o jornal de notícias e o pequeno jornal: a deposição do governador José Gonçalves / Indira Naiara Silva dos Santos. - 2021.
37 f.

Produto editorial produzido através da Lei Aldir Blanc Bahia, Prêmio Fundação Pedro Calmon - Categoria Memória, 2020.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo – Bahia. I. Artigo científico. II. Título.

CDD 079.8142
20. Ed.

AS DISPUTAS ENTRE O JORNAL DE NOTÍCIAS E O PEQUENO JORNAL: A DEPOSIÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ GONÇALVES¹

Indira Naiara Silva dos Santos²

RESUMO

Utilizando como objeto de estudo a deposição do governador José Gonçalves da Silva, ocorrida em 24 de novembro de 1891, o seguinte trabalho tem como objetivo abordar a relação entre imprensa e política. A proposta é, a partir da análise de matérias publicadas em jornais da época e de bibliografias referentes ao tema, discutir o papel da imprensa, em especial dos periódicos *Jornal de Notícias* e *Pequeno Jornal*, no desfecho do fato político acima citado. A pesquisa aborda as disputas ocorridas nos campos político e midiático em torno da destituição do mandato de Gonçalves, tema que, durante o mês após o ato sedicioso que retirou o governador do seu cargo, foi a principal pauta dos jornais baianos. A análise dos documentos permitiu perceber o elevado grau de relevância que os temas relacionados à política possuíam para as publicações da época, que elas funcionavam como porta-vozes dos grupos políticos antagônicos, como também foi possível avaliar como os posicionamentos adotados pelos periódicos influenciavam nas relações estabelecidas entre os mesmos.

Palavras-chave: José Gonçalves, Cezar Zama, Bahia, Imprensa, Política.

RESUMEN

Tomando como objeto de estudio la exoneración del gobernador José Gonçalves da Silva, que ocurrió el 24 de noviembre de 1891, el presente trabajo tiene como objetivo abordar la relación entre prensa y política. La propuesta es, a partir del análisis de las noticias publicadas en los periódicos y de bibliografías referentes al tema, discutir el papel de la prensa, en especial de los periódicos *Jornal de Notícias* y *Pequeno Jornal*, en el desenlace del suceso político referido anteriormente. La investigación trata de las disputas que ocurrieron en el campo político y mediático acerca de la destitución del mandato de Gonçalves, tema que, durante el mes siguiente al acto sedicioso que le sacó al gobernador de su cargo, fue el principal asunto de los periódicos bahianos. El análisis de los documentos permitió identificar el elevado grado de relevancia que los temas relacionados con la política poseían para las publicaciones del periodo, que ellas funcionaban como voceros de los grupos políticos antagonistas, así como fue posible evaluar cómo los posicionamientos adoptados por los periódicos influenciaban en las relaciones establecidas entre ellos.

Palabras clave: José Gonçalves, Cezar Zama, Bahia, Prensa, Política.

¹ Projeto contemplado na categoria Memória pelo Prêmio Fundação Pedro Calmon e orientado pela professora doutora Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)

² Jornalista graduada pela Universidade Estácio de Sá e licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

INTRODUÇÃO

A deposição de José Gonçalves é um tema pouco discutido por pesquisadores da Bahia republicana. Em uma breve pesquisa realizada, foi possível perceber a ausência de material sobre esse assunto que chama a atenção não somente pelo ineditismo, pois Gonçalves foi o único governador baiano a ser destituído do mandato, como também pelas disputas políticas que se deram ao longo do período entre a deposição do seu mandato em novembro 1891 até a eleição de Leal Ferreira, em dezembro deste mesmo ano. Essas disputas se davam no próprio campo político, já que entre novembro e dezembro de 1891 três governadores ocuparam o cargo de governador da Bahia. Sendo que nenhum deles era o primeiro na linha sucessória ao cargo, tendo em vista que Luiz Vianna, presidente do Senado na época e sucessor direto do governador, foi impedido de tomar posse.

Além das disputas no campo político, foi travada importante batalha no campo midiático, onde os jornais buscavam convencer a opinião pública sobre a legalidade do mandato de Gonçalves ou sobre a justiça da sua queda. Os embates travados na imprensa baiana são o foco deste trabalho e o mesmo foi construído a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema e documental utilizando como fontes os jornais publicados à época do referido caso e o livro *História da Sedição na Bahia*, organizado por João Gonçalves Tourinho e publicado em 1893.

A pesquisa tem como objetivo analisar as disputas políticas entre o *Jornal de Notícias* e o *Pequeno Jornal* no caso da deposição do governador José Gonçalves, para isso, foi necessário identificar as motivações que levaram a deposição do referido governador e discutir a influência das publicações da imprensa da época sobre este fato. Além disso, pretende demonstrar a relevância dos temas políticos para a imprensa, como também as rivalidades suscitadas pelos posicionamentos adotados por cada veículo.

Em tempos de grande celeuma sobre o papel político da imprensa, a pesquisa se torna interessante por buscar discutir esses valores que já vêm impregnados desde o surgimento da imprensa no Brasil.

A PRIMEIRA REPÚBLICA NA BAHIA

A Bahia foi a última província a aderir ao regime republicano, oficializado dois dias após a proclamação no Rio de Janeiro. Esse desinteresse pela mudança de sistema político pode ser justificado pelo fato de que a Bahia estava em um cenário econômico desfavorável e, além disso, sua elite política possuía boas relações e certa influência junto ao poder monárquico. Deste modo, como ressalta o historiador Dilton Araújo (1992), a monarquia representava para este grupo uma possibilidade de salvação.

Essa elite permaneceu ligada à Monarquia. Não possuía, apesar da crise, razões profundas para confrontar-se com o velho sistema de governo. Sua influência e prestígio seculares permitiam que ainda conseguissem atingir certos objetivos econômicos financeiros junto aos gabinetes da Monarquia, muitos deles dirigidos por políticos da Bahia (ARAÚJO, 1992, p.140-141).

De acordo com Consuelo Novais Sampaio (1973), a elite política local se manteve alheia ao movimento republicano. Apenas um pequeno grupo de jovens, liderados por Virgílio Damásio, Deocleciano Ramos, Cosme Moreira e Virgílio de Lemos, se entusiasmou com o novo modelo de governo. A referida historiadora afirma que foi a contragosto que os políticos do Império abandonaram a Monarquia e aderiram à República, apenas quando esta já se tornara um fato consumado. Então, se amoldaram ao novo regime e fizeram com que ele também se ajustasse aos seus padrões de comportamento.

Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, por exemplo, “republicanos históricos” lograram enraizar organizações partidárias mais fortes, enquanto no “outro Brasil”, o do Norte e do Nordeste, o movimento republicano foi ouvido através do fraco eco que apenas tangenciou sua elite política. Em consequência, foram Liberais ou Conservadores da Monarquia que continuaram a comandar a vida política local (...). (SAMPAIO, 1973, p.10).

Como a legislação do Governo Provisório não estabeleceu critérios para a organização dos partidos, eles foram se estabelecendo na Bahia de acordo com os interesses individuais de suas lideranças.

Não era necessário muito para que um partido se organizasse. Era preciso apenas que um chefe político de real prestígio assim o decidisse, congregando à sua volta elementos representativos da sociedade, nomes de prestígio no meio político e sócio econômico. Compreende-se facilmente essa forma de organização partidária, numa sociedade que permanecia eminentemente

agrária e conservadora, na qual a participação dos setores intermediários e populares praticamente inexistia no plano político. (SAMPAIO, 1973, p.2).

Essa forma de organização favoreceu a formação e dissolução de diversos partidos no início da Primeira República, pois as alianças eram formadas não a partir de convergências ideológicas, mas a partir de interesses individuais. Assim, quando esses interesses individuais passavam a divergir e, dependendo do grau de influência da liderança do grupo descontente, havia a possibilidade do surgimento de um novo partido. Sampaio (1973) ressaltou que é essa preponderância dos interesses individuais que faz com que os partidos da República Velha sejam mais conhecidos pelos nomes dos seus chefes do que por seus próprios nomes. A fidelidade é estabelecida não em relação ao partido, mas em relação ao seu comandante.

Nos anos iniciais da República, a Bahia possuía seis partidos, eram eles: o Partido Nacional, liderado por José Antônio Saraiva; o Partido Nacional Democrata, sob a liderança de Almeida Couto; o Partido Republicano Federalista, que tinha como chefe José Gonçalves da Silva; o Partido Católico chefiado por Dom Antônio de Macedo Costa; o Centro Republicano Democrata, que tinha como líder Virgílio Clímaco Damásio e o Partido Operário liderado por Gonçalo José Pereira Espinheira. Essa fase é definida por Sampaio (1973) como “multipartidarista” e durou de 1890 a 1893.

Os membros da maioria desses partidos eram grandes proprietários, agricultores ou criadores de gado; comerciantes, doutores e aristocratas do Império. Essa composição social que garantia o prestígio do partido. Isso se deveu ao fato de que a transição do Império para a República não promoveu rupturas na base estrutural da sociedade monárquica. Desta forma, os mesmos grupos que dominavam a política do Império, mantiveram o seu poder de influência no novo regime.

Outra particularidade da política desse momento, ressaltada por Sampaio, é o período de atuação desses partidos. Conforme a historiadora, eles funcionavam de forma intermitente, atuando apenas na época das eleições. “Passado esse período de dinamização artificial, intensificada pelas disputas em torno dos cargos eletivos, entram em compasso de espera, hibernam, até que as novas eleições injetem-lhe outra vida” (SAMPAIO, 1973, p.3).

O processo eleitoral realizado durante a Primeira República favorecia os partidos governistas. Foi naquele momento que, também, surgiam os desentendimentos dentro dos mesmos, pois a

impossibilidade de garantir cargos para todos os membros acabava, de certa forma, causando rugas entre aqueles que não foram incluídos nas chapas. Assim, dependendo do nível do conflito, podia haver o rompimento e a formação de um novo partido.

No que diz respeito à participação popular nesse processo eleitoral pode-se dizer que era praticamente nula, pois, desde o Império, suas elites políticas controlavam os redutos eleitorais e reservavam os cargos eletivos para si e para os seus aliados. As camadas populares também estavam afastadas da possibilidade de escolher os seus governantes já que a exclusão dos analfabetos retirava o direito ao voto da maioria da população.

De acordo com Sampaio (1973), em 1890, apenas 8% da população baiana sabia ler e escrever. No início da República, ocorreu uma tentativa de participação mais organizada dessa camada da população com a criação do Partido Operário que, agrupava artistas e operários da capital. Assim como os outros partidos, também criaram um jornal para a divulgação do diretório, mas a enorme taxa de analfabetismo da população tornou impossível a sobrevivência de um jornal dirigido a artistas e operários. Outro fator que também freou a atuação desse partido foi a participação dos donos das fábricas nas reuniões.

No entanto, passadas as eleições de 15 de setembro, esses pequenos organismos políticos deixaram de existir. Permaneceram impotentes e sem condições de atuação efetiva, face às organizações políticas que, melhor estruturadas, reuniram as “influências” locais que tinham sob seu controle um número significativo de eleitores. (SAMPAIO, 1973, p.22)

Assim, a existência de vários partidos na fase inicial da Primeira República deveu-se ao fato de que alguns grupos sociais enxergavam nesse novo modelo de governo uma possibilidade de alcançar o poder. Porém o resultado das eleições deixou evidente que o poder de influência conquistado durante o Império ainda era exercido no novo modelo político.

O contingente social que lutou pela República na Bahia foi o grupo formador de uma classe média que, por não reunir determinadas condições sociais e ideológicas, deixou de atingir, com o advento do regime republicano, os postos decisórios mais importantes do novo Estado que se organizava (ARAÚJO, 1992, p.04).

É o que pode ser percebido com a indicação do monarquista Manoel Vitorino por Rui Barbosa, para governador interino do Estado, quando a expectativa era de que o republicano, Virgílio Damásio, assumisse o cargo.

A CHEGADA DE JOSÉ GONÇALVES AO GOVERNO DO ESTADO

José Gonçalves da Silva nasceu em 22 de dezembro de 1838, no atual município de Mata de São João. Iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife, onde ficou por três anos e, depois, se transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde concluiu o curso em 1859, como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Ao regressar à Bahia, passou a residir em Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim), onde desempenhou as funções de juiz de paz e presidente do Conselho Municipal. Em 1862, foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional do município.

Gonçalves foi uma figura de destaque político desde o Império. Em 1865, foi aclamado chefe local do Partido Conservador e, em 1866, devido à Guerra do Paraguai, foi agraciado com o título de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Ainda durante o período imperial, exerceu os cargos de deputado provincial e de deputado geral do Império pela província da Bahia ficando neste cargo de 1869 a 1872. Afastou-se, todavia, da política nos últimos anos do regime imperial, mas, com a proclamação da República, foi um dos primeiros políticos baianos a apoiar o novo regime. Em dezembro de 1889 foi nomeado, por decreto, intendente de Vila Nova da Rainha.

O início da República foi um momento bastante instável politicamente na Bahia, tanto que entre 1889 e 1890 o estado teve quatro governantes à frente do Poder Executivo. Sendo o quarto governador nomeado por Deodoro da Fonseca, Gonçalves substituiu Virgílio Clímaco Damásio, por decreto de 15 de outubro de 1890. Em dois de julho de 1891 foi promulgada a Constituição do estado e, após votação da Assembleia Constituinte estadual, tornou-se o primeiro governador eleito da Bahia.

Gonçalves deveria ocupar o cargo durante o quadriênio de 1891 a 1895 e, apesar de ter sido eleito com uma ampla maioria de votos, recebendo 50 votos em uma assembleia que contou com a presença de 61 congressistas, seu governo contou com uma forte oposição. Como presidiu a eleição da Constituinte, seus opositores o acusavam de ter interferido diretamente no resultado do pleito.

Dentre os principais opositores ao governo de José Gonçalves estava o deputado Aristides Augusto César Espínola Zama. Este nasceu em Caetité, em 19 de novembro de 1837. Era filho do médico italiano César Zama e de Rita Sofia de Azevedo Spínola, esta última, membro de uma tradicional família baiana. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1852, e obteve o diploma de doutor em ciências médico-cirúrgicas em 1858.

Assim como José Gonçalves, César Zama iniciou a sua carreira política ainda no Império, sendo eleito deputado provincial pela primeira vez em 1860. Seguiu como médico voluntário do Corpo de Saúde e serviu nos hospitais de sangue durante a Guerra do Paraguai. Ao retornar, foi eleito novamente deputado provincial para sucessivas legislaturas a partir de 1868. Em 1878 elegeu-se deputado geral pela Bahia e foi, sucessivamente, reeleito, ocupando uma cadeira na Assembleia Geral até encerrar a última legislatura do Império. Zama continuou ocupando cargos políticos durante a República. Ele foi eleito deputado nas eleições de 15 de setembro de 1890, tomando posse em novembro deste mesmo ano.

Logo que iniciou a República, Zama fundou o *Pequeno Jornal*. O vespertino foi criado com um caráter político e tinha como objetivo criticar as ações dos seus opositores dentre eles estavam Manuel Vitorino que foi nomeado governador pelo presidente Deodoro da Fonseca e permaneceu no cargo entre 23 de novembro de 1889 a 26 de abril de 1890. O jornal de Zama não se restringiu à crítica ao governador Manuel Vitorino, como também atacava o próprio presidente e os seus aliados. Assim, Gonçalves, que era apoiador de Deodoro, também se tornou alvo do *Pequeno Jornal*.

UMA RENÚNCIA, A CRISE E A SEDIÇÃO

A maior crise para o governo gonçalvista começou quando, em 03 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional. O governador baiano, aliado do presidente, apoiou essa decisão. A ação do presidente não deu certo e, no dia 24 de novembro, Deodoro renunciou à presidência e, juntamente com o mandatário nacional, todos os governadores que o apoiaram foram obrigados a deixar o cargo.

Gonçalves se negou a renunciar o Governo do estado alegando que a legalidade do seu mandato estava no fato de ter sido eleito por uma Assembleia Constituinte. Nesse momento, o deputado

Cézar Zama surgiu como seu principal opositor e, usando as páginas do *Pequeno Jornal*, assumiu o protagonismo na formação da opinião pública contra os gonçalvistas. A recusa de Gonçalves em abandonar o cargo não foi aceita pelos seus opositores. Cezar Zama passou a usar as páginas do seu próprio jornal e de alguns outros periódicos com o objetivo de inflamar a população e forçar a renúncia do governador, como mostra a nota publicada no jornal Estado da Bahia.

“Ao povo bahiano

Hoje às 9 horas da manhã, me acharei no meio de vós na Praça do Palacio, onde vós deveis reunir em massa. – Cesar Zama, Deputado Federal”³

Atendendo à convocação do deputado, a partir das dez horas desse dia, o povo se aglomerou no local combinado esperando uma decisão do governador. Foi nomeada uma comissão composta pelos deputados Cincinato Pinto da Silva, Joaquim Alves da Cruz Rios e Jayme Lopes Villasboas. Após uma reunião com José Gonçalves os membros da comissão retornaram informando a recusa do governador em deixar o cargo. Diante da negativa do governador, Zama começou a inflamar a população, afirmando que restava ao povo intimar Gonçalves a deixar o cargo.

Neste mesmo dia, o vespertino *Diário de Notícias* publicou uma matéria descrevendo os acontecimentos.

- O commercio fechou as portas, logo depois das 10 horas.
- Na Praça do Palacio havia para mais de duas mil pessoas.
- O povo, chegando à praça da Piedade, poz cerco ao edifício do senado, onde foi intimado o sr. governador a deixar o governo. Constando que s. ex. mantinha o proposito de só ceder à força, o povo, para isolar as comunicações, cortou os fios telephonicos. Por essa ocasião travou-se renhida luta entre as pessoas do povo e a força de policia. Foram lançadas muitas pedras contra a estação, de dentro da qual responderam com tiros. Travou-se então um verdadeiro tiroteio, sahindo feridas muitas pessoas, das quaes morreram 4.
- Consta-nos que o sr. dr. José Gonçalves, appellando para o sr. general Tude, este respondera que s. ex. renunciasse pois se achava só nessa emergencia.

³ Nota divulgada no jornal *Estado da Bahia* em 24 de novembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.01.

Até a hora em que escrevemos (3 horas) o povo se acha na Praça da Piedade, esperando o resultado de uma conferencia que se está realisando entre o sr. dr. governador e o sr. general Tude.”⁴

Diante da falta de apoio militar e percebendo-se incapaz de conter o avanço da população, Gonçalves finalmente renunciou ao mandato. Seu sucessor direto, o então presidente do senado, Luiz Vianna, foi impedido pelo povo de acessar ao prédio do governo e, por isso, não pôde ocupar o cargo de governador, deste modo, o general Tude Soares Neiva assumiu o governo provisório.

Assim como foi o principal responsável por iniciar a sedição, logo que o seu objetivo foi atingido, o deputado Cezar Zama tratou de dispersar a população afirmando que, com a renúncia do governador, já era possível que todos voltassem em paz às suas casas. Zama ainda pediu aos seus seguidores que respeitassem as propriedades, em especial as tipografias, pois essas simbolizavam as válvulas das liberdades públicas.

IMPrensa E POLÍTICA

Redigido por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, o jornal *Correio Braziliense* é considerado o primeiro periódico brasileiro. Era editado em Londres e circulou no Brasil de 1808 a 1822. Apesar de ter sido o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* não foi o primeiro periódico a circular no Brasil. Antes dele outros informativos como, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* já estavam presentes na América portuguesa.

O que pode ser destacado nessa produção é que se antes o conteúdo desses jornais tratava de temas como cultura, utilidades, ciência e literatura, a partir de 1808 a política passa a fazer parte desse rol.

No entanto, essa imprensa periódica, embora disseminasse informações, opiniões e ideias, não praticava até 1808 o debate e a divergência política, publicamente, no contexto do absolutismo (ainda que ilustrado) português. E é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas assim publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada opinião pública. (MOREL, 2018, p.30)

⁴ *Diário de Notícias* do dia 24 de novembro de 1891. **Graves acontecimentos – Deposição do governador.** In. Tourinho, João Gonçalves. *História da Sedição na Bahia* (1893) p. 2 e 3.

A inserção de conteúdos políticos nos impressos brasileiros nas primeiras décadas do século XIX provocou o surgimento da chamada opinião pública. Morel (2018) define o termo como um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais em uma vontade geral.

Realizando-se, sobretudo, nos periódicos impressos, essa opinião pública tinha dois sentidos básicos na época de seu surgimento. Ou era vista como “rainha do mundo”, fruto da elaboração dos sábios ilustrados e enciclopedistas, como sinônimo da soberania da razão, isto é, uma simbiose entre o reino da opinião e a república das letras. Ou então, em um sentido mais jacobino ou revolucionário, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava através da participação de setores da sociedade em agremiações e organizações políticas, ou seja, vinculada à ideia de democracia direta. (MOREL, 2018, p.34)

O fim da censura foi um fator que contribuiu para que o debate político ganhasse, cada vez mais, espaço nos periódicos e, com o crescimento da imprensa de opinião, surgiu a figura do redator panfletário. Essa figura era percebida como um homem das letras, portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica.

O estilo panfletário, surgido entre meados do século XVIII e início do século XIX, tinha como características a capacidade de convencer e atacar; espírito mordaz e crítico, agilidade para se expressar, linguagem literária e densidade ideológica e doutrinária. Morel (2018) associa essas características à estreita relação existente entre os livros e os periódicos da época, já que era comum que os jornais publicassem trechos de livros ou realizassem divulgação e reinterpretação dos mesmos.

O advento da República provocou diversas transformações no jornalismo brasileiro. A política continuou fazendo parte das pautas e ao lado dela a urbanização também virou tema recorrente. As novas tecnologias proporcionaram o crescimento e a profissionalização do setor e permitiram o uso de ilustrações como a charge, a caricatura e a fotografia, além do aumento da capacidade e qualidade da impressão que reduziram os custos da produção dando início a comunicação de massa.

Conglomerados jornalísticos consolidaram-se naqueles anos eufóricos, introduzindo novas relações no mercado do impresso. O debate político, a veiculação do quadro econômico e a exaltação das transformações urbanas

foram conduzidos pela propaganda e pela publicidade, que se profissionalizavam a serviço de grupos estrangeiros e dos primeiros governos republicanos. (MARTINS, 2018, p.45)

Nesse tempo de expansão do jornalismo impresso, surgiram diversos periódicos que tratavam de vários temas e que levavam em suas páginas distintos posicionamentos políticos.

O PAPEL DA POLÍTICA NA IMPRENSA BAIANA

O primeiro jornal publicado na Bahia foi *A Idade d'Ouro do Brazil*. Fundado em 1811, era redigido pelo bacharel Diogo Bivar e pelo padre Ignacio Macedo. De acordo com Aloysio de Carvalho, a folha funcionava como uma espécie de órgão oficial do governo representante da metrópole.

O periódico circulava duas vezes por semana e trazia em suas páginas notícias internacionais e sobre o comércio da cidade; da vida cotidiana; festejos; ciências e artes. No que diz respeito à política, era defensor da manutenção dos laços entre Portugal e Brasil e, por isso, combatia a independência política da colônia, acontecimento que provocou o fim de sua publicação.

Foram os posicionamentos políticos que estabeleceram as rivalidades entre os jornais. Em 1821 foi criado o jornal *Diário Constitucional* que tinha como lema “A verdade que eu conto nua e pura vence toda a grandeza da escriptura”⁵ Era rival da *Idade d'Ouro do Brazil* na propaganda e defesa de uma nova nacionalidade. Teve uma duração muito curta, sendo definitivamente fechado em abril de 1822, mas o periódico *O Constitucional* assumiu o discurso contrário aos lusitanos. Este jornal publicou 58 números e devido ao seu posicionamento contrário ao governo teve a sua tipografia destruída pelo oficial do Exército português, Victorino Serrão.

Com o passar do tempo, a política seguiu como tema relevante para as publicações e com cada periódico assumindo um posicionamento a fim de convencer a opinião pública. Apesar de ser uma unidade em que o movimento republicano não se destacou muito, a Bahia possuiu impressos que se posicionaram contra a manutenção do Império.

⁵ Versos Canto V de *Os Lusíadas* de Luís de Camões.

O *Guaycurú*, criado em 1843, sob a direção de Domingos Guedes Cabral, foi primeiro deles. “(...) fez a maior propaganda dos princípios republicanos, tão forte que houve quem no tempo dissesse: ‘Si cada província tivesse um *Guaycurú*, a republica entre nós seria questão de dez annos” (CARVALHO, 2008, p.48). Araújo (1992) ressalta que, embora o *Guaycurú* se afirmasse republicano, centrava sua atividade política na crítica à corrupção, à ausência de liberdade de imprensa e às arbitrariedades do governo monárquico em relação aos direitos políticos dos cidadãos.

No que diz respeito aos jornais que são o foco desta pesquisa, é possível constatar que o *Jornal de Notícias* pertencia à firma Aloysio de Carvalho & Irmãos desde 1890, sociedade criada após a morte do antigo proprietário Carlos Moraes, e deixou de circular por volta de 1920. O periódico era muito bem recebido pela população baiana e, de acordo com Luiz Vianna Filho, era o maior jornal do seu tempo.

Em um trabalho sobre Lulú Parola (pseudônimo de Aloysio de Carvalho, proprietário do *JN*) José Calasans (1967) cita uma carta enviada à redação do *Jornal de Notícias*, assinada pelo poeta sergipano José Costa e Silva tecendo elogios ao jornal.

O *Jornal de Notícias* nunca cairia no desagrado público, porque quem como êle possui a altivez das penas de Xavier Marques e Lelis Piedade, o talento e a verve de Aloísio de Carvalho, haveria de forçosamente passar por entre as sendas do jornalismo baiano coberto de flôres e cheio das bênçãos do povo (CALASANS, 1967, p.2).

Sobre o seu posicionamento político, se declarava como um jornal apartidário.

Por seu turno, distinguia-se o *Jornal de Notícias* pela vivacidade das secções e do noticiário, e, principalmente, pela moderação no trato dos problemas políticos ou de interesse público. A moderação não lhe anulava, contudo, a presteza do revide, na hipótese de provocado ou desmentido. Nem a vivacidade lhe prejudicava a segurança do comentário ou do informe (CARVALHO FILHO, 2008, p. 90-91) ⁶.

O *Jornal de Notícias* adotava um discurso político moderado, mas o *Pequeno Jornal* fazia questão de deixar explícito o seu posicionamento como um ferrenho opositor do presidente Deodoro da Fonseca e de seus partidários. Este jornal, criado pelo deputado Cezar Zama no

⁶ *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* n.82 1958-1960. **Jornalismo na Bahia: 1875-1960**, publicada originalmente no *Diário de Notícias* no 6º Caderno da edição de 06.03.1960.

início da República e conforme mostrou Aloísio de Carvalho Filho (2008), o papel de Zama na imprensa baiana foi altamente combatente o que tornava o deputado e redator temido, tanto por sua pena, quanto por sua eloquência verbal.

Carvalho Filho (2008), ao comentar sobre o papel da política no jornalismo baiano, afirma que desde seu início os jornalistas se posicionaram diante das questões de governo. Para ele, este tema era de importância vital presente em todos os periódicos, mesmo aqueles que se diziam neutros. Termo este que Carvalho Filho refuta, afirmando não ser possível a existência de uma imprensa neutra, pois isso transformaria a imprensa em alguma coisa sem fé e sem alma, que poderia ser tudo menos imprensa.

Quem quer que percorra a história do jornalismo baiano encontrará, invariável e viva, a nota política. Uma imprensa, a nossa, permanentemente vigilante, corajosamente opinante! Nela, os poucos jornais que se diziam ou se dizem neutros não são mais do que apartidários (...) (CARVALHO FILHO, 2008, p.95).

Desta forma, podemos considerar que as disputas políticas foram um dos principais impulsos para a atividade jornalística. “A política partidária era, como se vê, uma das forças, senão a principal, da aparição, florescimento e desaparecimento na conformidade de eventuais interesses ou necessidade dos órgãos de publicidade” (CARVALHO FILHO, 2008, p. 80). A imprensa permitiu dar publicidade a diversas visões políticas e os posicionamentos adotados funcionaram como um dos fatores que podiam definir o período de funcionamento destes periódicos.

JORNAL DE NOTÍCIAS *VERSUS* PEQUENO JORNAL

A troca de governadores no início da República foi uma constante na Bahia. Desde a sua proclamação em 1889 até a eleição de Rodrigues Lima em 1892, oito políticos estiveram à frente do Executivo estadual. A saída de Gonçalves, entretanto, foi a mais violenta, já que este foi o único governador deposto e, a sua destituição, se deu após o ato sedicioso. Não somente isso, a instabilidade gerada por essa sedição provocou um rompimento nas regras políticas, pois dos seus três sucessores, dois não eram ocupantes legítimos dentro das normas de sucessão em caso de vacância do cargo; e, o terceiro, para que chegasse ao posto, houve a necessidade de um acordo que gerasse consenso entre as partes adversárias.

O tema ganhou tanta relevância que passou a ser a principal pauta dos jornais do estado. Nos dias seguintes aos atos que levaram à deposição de José Gonçalves, os diversos periódicos que circulavam na Bahia manifestaram sua opinião sobre o tema.

Com base na apreciação dos textos disponíveis no livro *História da Sedição na Bahia em 24 de novembro de 1891*, de João Gonçalves Tourinho (1893) é possível identificar como o assunto ocupou espaço nas páginas dos diários e qual o posicionamento de cada um deles. Esta obra, que é a principal fonte documental desta pesquisa, traz cerca de noventa textos publicados no *Jornal de Notícias* e no *Pequeno Jornal*, além de publicações de outros periódicos, manifestos e diversos documentos relacionados ao tema da deposição.

A partir de uma análise das publicações do *Jornal de Notícias* e do *Pequeno Jornal* desde a assunção de José Gonçalves ao governo do Estado, em outubro de 1890, é possível perceber o posicionamento de cada periódico. Enquanto o *Jornal de Notícias* assumiu uma postura mais amistosa em relação a Gonçalves, o *Pequeno Jornal* já se mostrava um ferrenho opositor. Com isso, é plausível constatar que não foi o apoio do governador ao fechamento do Congresso que levou essa folha a se colocar a favor da sua deposição.

O *Pequeno Jornal* sempre entendeu Gonçalves como incompetente para governar o estado. Em 29 de outubro de 1890, publicou um editorial exaltando o vice-governador Virgílio Damásio e descredenciando Gonçalves.

E o illustre vice-governador com uma generosidade sem nome, e nunca d'antes vista, vae fazendo tudo, quanto é preciso fazer, de modo a não deixar-lhe trabalho nem responsabilidade alguma: «*amicus certus in re incerta cernitur*»⁷ Só temos applausos para os últimos actos do cons. Virgilio. (...) O seu sucessor é um sertanejo: vem de Villa-Nova, uma terra assolada pela fome e pela secca; teve noticia do estado a que está reduzido todo o interior. Talvez seja do numero de ingenuos que pensam que a lavoura está morta, e que o commercio agoniza sob o pêso dos impostos: talvez seja dos que dizem que na Bahia não ha artes, nem industrias, e que nos achamos na maior decadencia imaginavel. (...) O sertanejo ainda teria um certo acanhamento, que já não se pode supportar sob o novo regimen.⁸

Para a folha de Zama, Gonçalves iria gerir a Bahia como se fora sua fazenda. Dessa forma, a administração pública seria tratada de forma muito personalizada, com o governador agindo

⁷ *O amigo certo se manifesta na ocasião incerta.*

⁸ BN. Hemeroteca Digital. O *Pequeno Jornal*, 29 de outubro de 1890. Editorial “**Viva o sr. vice-governador**”.

como um ditador, tratando a todos como seus empregados e utilizando o poder do cargo para beneficiar os seus amigos. Tais afirmativas foram noticiadas em várias edições do vespertino quando o governador decidiu dar isenção total de impostos durante vinte anos a uma empresa de móveis pertencente a Victorino José Pereira.

Escandalos da epocha

Mais um ato digno das mais acres censuras acaba de praticar o sr. dr. José Gonçalves da Silva!

Mais um escandalo na administração dos arranjos!

Mais um ataque a moralidade!

Parabens ao escandalo; nossos applausos ao patronato e ao filhotismo!

Segundo lemos no órgão official foi concedido aos srs. Victorino José Pereira & Filho privilegio por 20 annos para uma fábrica de marcenaria de moldes recurvados, com isenção dos direitos do Estado e mucicipaes por 10 annos.

Muito bem, sr. dr. governador.

Vai se defraudando as rendas publicas para proteger os amigos do peito.

O acto do sr. ex. é revoltante, desde que vai ferir direitos de uma companhia já organizada, que sem pedir isenção de impostos nem favor nenhum official, acha-se organizada, sendo seu gerente um cidadão honrado, um artista perito e moralizado, qual o sr. Pedro de Alcantara.

Desde já exigimos, em nome da equidade e da justiça, igual favor a Companhia Constructora, do modesto sr. Januario Germano dos Santos e para a de manufactura do moveis conhecido artista sr. Pedro de Alcantara.⁹

Pelas posturas distintas adotadas em relação ao governo de José Gonçalves é que o *Jornal de Notícias* e o *Pequeno Jornal* se transformaram nos protagonistas midiáticos do caso da deposição do governador. Nos exemplares disponíveis dos dois jornais, fazendo uma comparação com as publicações feitas no mesmo período e que tinham Gonçalves como tema, é possível perceber o antagonismo entre eles. Cada um publicava o que lhe convinha, omitindo ou destacando aquilo que fosse mais compatível com o seu posicionamento.

Por se intitular como um jornal apartidário, o *Jornal de Notícias* não se posicionou de forma tão veemente em relação ao governo de Gonçalves. No que diz respeito à política do estado, o periódico se restringia a informar sobre algumas ações do governo e sobre a presença de Gonçalves em festas ou eventos em sua homenagem, evitando expor algum juízo de valor.

Já o foco do *Pequeno Jornal* era a atuação de Gonçalves no governo do estado. Podemos citar como exemplo as duas notas abaixo que foram publicadas na mesma semana. No dia 07 de março de 1891, o *Jornal de Notícias* publicou uma nota sobre o andamento do projeto para abertura da Faculdade Livre de Direito.

⁹ BN – Hemeroteca Digital. O *Pequeno Jornal*, em 14 de janeiro de 1891.

Faculdade livre de direito

O nosso estimavel conterraneo sr. dr. José Machado de Oliveira, acaba de comunicar-nos, já ter em seu poder quantia que diversos cidadãos têm subscripto para levar-se a effeito a fundação na nova faculdade de direito neste estado.

Está pois decidida a sua installação por todo mez proximo, attento ao acolhimento que tem tido tão util e proveitosa idéa, por parte de particulares e do sr. dr. José Gonçalves da Silva, digno governador deste estado.

Brevemente publicaremos nomes dos sócios benemeritos dessa nova faculdade.¹⁰

Já na sessão de telegramas do *Pequeno Jornal*, publicada no dia 09 de março de 1891, foi divulgado o seguinte texto assinado pelo senhor Moniz Freire

Victoria – 1h 22m. da tarde

Deputado Zama – Reacção começada, demissão governador. Precisamos motivar corrente solidariedade entre opposicionistas Estados.

Moniz Freire¹¹

Nesta mesma data, além do já citado telegrama, também foi publicada uma matéria intitulada “A fraude” que delatava irregularidades nas eleições do distrito de Macaúbas e a conivência do governador com o fato denunciado.

Comparando as duas publicações é perceptível que, enquanto o *Jornal de Notícias* se mantinha alheio às questões da política local, o *Pequeno Jornal* deixava de lado feitos do governo que poderiam ser considerados positivos para focar em assuntos que negativavam a gestão do governador.

Como o *Jornal de Notícias* se posicionava como um jornal apartidário pode-se entender esse distanciamento das questões de governo e de certos temas tão denunciados pelo *Pequeno Jornal*. A política só ganhou destaque nas páginas deste periódico quando, em 03 de novembro de 1891, o então presidente Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, instaurando uma ditadura.

Conforme o historiador Elio Chaves Flores (2016) a relação de Deodoro com o Congresso era conflitiva, tanto que em seus oito meses de governo em regime constitucional, o presidente

¹⁰ BN – Hemeroteca Digital. Nota sobre abertura da Faculdade Livre de Direito publicada no *Jornal de Notícias* em 07 de março de 1891.

¹¹ BN – Hemeroteca Digital. Telegrama assinado por Moniz Freire, publicado em 09 de março de 1891 no *Pequeno Jornal*.

depôs diversos ministros e apelou para medidas administrativas não condizentes com a República.

As ações do marechal desagradavam não somente o Congresso como também os denominados “republicanos históricos” e a imprensa que se via constantemente ameaçada em sua liberdade de divulgar fatos e notícias sobre as autoridades e os atos do governo.

Utilizando como justificativa a necessidade de manutenção da ordem pública, Deodoro decidiu instaurar estado de sítio e dissolver o Congresso. Para Flores (2016), o fechamento do Congresso Nacional pode ser considerado como um ato ditatorial, pois o presidente tomou uma decisão que, conforme a Constituição aprovada em 24 de fevereiro de 1891, não era atribuição do poder Executivo, mas sim do Legislativo, violando, deste modo, a legislação vigente.

Declarar em estado de sítio um ou mais pontos do território nacional era uma atribuição do Congresso em caso de “agressão estrangeira ou comoção interna”. O Poder Executivo Federal só poderia fazer isso em caso de o Congresso não se encontrar reunido. Por isso que a dissolução do Poder Legislativo veio correlata ao golpe de Estado, dado que, numa República, a violação de um dos poderes implica necessariamente uma ditadura. (FLORES, 2016, p.57)

Para Camila Kieling (2020), a relação entre história e comunicação pode ser compreendida como um sistema no qual ganha relevo o conteúdo, o produtor das mensagens e a forma como o público entende os sinais emitidos pelos meios. Ela cita o historiador Francisco Riopardense Macedo para afirmar que dentro desse sistema

(...) entende-se que o periódico, mesmo quando propriedade de um indivíduo ou grupo oligárquico, está envolvido por posições contrárias em relação a outros periódicos; além disso, pela riqueza de informações que é obrigado a fornecer, não pode fugir ao clima geral dominante na época. Porque, em verdade, o periódico vive realmente o clima, reproduz, mesmo que não queira, o calor dos acontecimentos, de vários acontecimentos que se cruzam e se inter-relacionam em um sistema de informações (*apud* KIELING, 2020, p. 11)

A partir da ideia proposta por Kieling e, considerando o fato de que a atmosfera política do ano de 1891 estava bastante movimentada, podemos justificar o fato de o *Jornal de Notícias* deixar de lado o seu apartidarismo e começar a se posicionar diante dos acontecimentos políticos do período.

Conforme Calasans (1967), o novembro de 1891 foi um mês riquíssimo em casos políticos. O fechamento do Congresso pelo presidente Deodoro da Fonseca foi o principal deles e acabou gerando instabilidade política em diversos estados do Brasil. De uma maneira geral, entendia-se o ato presidencial como necessário para manter a tranquilidade do país. Buscando demonstrar os sentimentos gerais da nação o *Jornal de Notícias* publicou o seguinte soneto:

Eu adiro, tu aderes, êle adere
 Todos nós aderimos prontamente
 A questão é ficar comodamente
 Sem perder os proventos que se aufere
 O que está feito, está feito. Derramar
 sangue por causa disto é insensatez
 Desde que para mostrarmos altivez
 Basta a prosa da sala de jantar
 Quem tem mulher e filhos, meu amigo,
 Não quer ser prejudicado, ao mais prefere.
 Vir pra rua brigar, não é comigo.
 Em conflitos assim, não interfere
 Por isso nos momentos de perigo
 Eu adiro, tu aderes, êle adere.¹²

Ainda de acordo com Calasans (1967), o soneto, de autoria de Lulu Parola (pseudônimo de Aloysio de Carvalho), foi o primeiro da seção *Cantando e Rindo* dedicado a um acontecimento político. Antes disso, o poeta e proprietário do *Jornal de Notícias*, destinava este espaço ao amor e ao gracejo. Para Daniel Rebouças Carvalho (2013), as incertezas políticas dos primeiros anos republicanos levaram Lulu Parola a utilizar seus versos e prosas para comentar o cenário político da época, mostrando que “(...) as escolhas temáticas e a construção das crônicas não seriam apenas exercício ou passatempo de um talentoso verzejador, mas influenciado pela conjuntura e possíveis opções políticas do seu autor” (CARVALHO, 2013, p. 19).

Sobre a deposição de José Gonçalves podemos afirmar que proprietário do *Pequeno Jornal* foi um elemento de extrema importância não somente com o que escrevia em seu periódico, como também com o seu discurso que inflamou e incentivou a população a continuar com as manifestações até o que o governador decidisse deixar o cargo.

Gonçalves só decidiu renunciar ao mandato após perceber-se sem apoio militar e, desta forma, sem condições de conter a população que se manifestava a favor da sua desistência em continuar

¹² Soneto de Lulu Parola publicado na seção *Cantando e Rindo* do *Jornal de Notícias*. In. CALASANS, José. **Lulu Parola e os acontecimentos políticos de 1891** (1967), p. 05.

no exercício do cargo. Para o governador, o seu mandato era legítimo, não somente por haver sido eleito por uma Assembleia Constituinte como também porque contava com o apoio do recém empossado presidente Floriano Peixoto. O que pode ser comprovado pelo telegrama do presidente divulgado no jornal *Diário da Bahia*.

Boletim

Hontem distribuimos o seguinte:

«N.11164 — Rio, 23 às 12 horas e 30 minutos

Sr. governador — Bahia.

Assumindo a presidencia da Republica, é meu empenho manter constituições estados, ordem publica e apoiar governos dos estados. Espero me auxiliareis neste firme proposito. — Floriano Peixoto »¹³

Para aqueles que defendiam a destituição, como por exemplo, o *Pequeno Jornal* e o *Estado da Bahia*, o principal argumento usado como justificativa era o fato de Gonçalves ter apoiado o fechamento do Congresso Nacional. Para esses periódicos, não era possível manter no poder quem atentava contra a integridade da República.

O *Pequeno Jornal* publicou no dia 27 de novembro um artigo sobre o tema. Neste texto, a folha aproveitou não somente para desmerecer as habilidades políticas de Gonçalves e, mais uma vez reforçar a sua imagem de incompetente, como também para atacar os seus aliados, justificando assim o fato de o general Tude Neiva ter assumido o cargo de governador e não o presidente do Senado, Luiz Vianna, ou o presidente da Câmara, Sátiro Dias, que seriam os sucessores legítimos

O que devemos tornar bem saliente é a correção do procedimento do general Tude em todas estas occurrencias.

S. ex. soube elevar-se á toda altura do dever, e das graves circumstancias, em que nos achamos, pela tenacidade do sr. José Gonçalves, arredado do nobre propósito, em que se achava, pela commandita, que por tanto tempo explorou o seu governo, em proveito de inconfessáveis interesses, e com o mais completo sacrificio do bem publico.

O general, aclamado pelo povo, não podia recusar-se a tomar o governo. O que o povo não queria, nem quer, é que esta terra seja mais dirigida por aquelles que tanto a tem aviltado.

O presidente do senado era com outros o inspirador do sr. José Gonçalves sinão o principal auctor de tudo.

O presidente da camara dos deputados — *servus a mandatis*¹⁴ — da conhecida commandita.

¹³ Telegrama do presidente Floriano Peixoto publicado em 25 de novembro de 1891 no jornal *Diário da Bahia*. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.11.

¹⁴ Escravo com cargo ou escravo em mandato

Não temos dúvida em concordar que moralmente o sr. José Gonçalves fosse o menos culpado d'entre eles. Deixou-se infelizmente dominar pelas influencias maleficas, que o cercaram, e teve a punição de sua fraqueza e criminosa condescendencia.

Com a attitude assumida pelo sr. José Gonçalves, e o pequeno e insignificante grupo, que o cerca, deante do golpe do Estado de 4 do corrente, a Bahia não podia consentir que semelhante gente continuasse a governal-a, e pelo modo de todos conhecido.

A União libertava-se do dictador. Este Estado não podia ficar sujeito ao chicote do feitor.¹⁵

Neste mesmo dia 27, o *Jornal de Notícias* publicou a troca de ofícios entre o governador interino, o general Tude Neiva, e o presidente da Câmara, Sátiro Dias. O ofício do general afirmava a negativa do presidente do Senado em assumir o governo do estado e convidava Dias a ocupar o cargo. Em resposta, o presidente da Câmara disse:

Em resposta ao vosso officio d'esta data, no qual me convidaes a assumir o governo do Estado, na qualidade de presidente da camara dos deputados, por não haver acceitado o presidente do senado, 1º substituto constitucional do governador eleito, declaro-vos que não hesitarei em assumir o exercicio d'esse cargo, desde que me assegureis que posso contar com o apoio decidido de toda a guarnição aqui existente, afim de manter a ordem e restabelecer a segurança publica e as instituições constitucionais do estado (...)¹⁶

Gonçalves conseguiu manter diversos aliados dentro da classe política. Alguns deles, como Severino Vieira, Sátiro Dias, Manuel Victorino Pereira e Francisco Luiz Vianna assinaram manifestos contra a sua deposição. O ex-ministro Ruy Barbosa utilizou as páginas do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro para divulgar um manifesto contrário ao movimento ocorrido na Bahia. O texto reafirmava o interesse do presidente Floriano Peixoto em contar com o apoio de Gonçalves, além de gerar uma nova polêmica em torno da sedição, já que afirmava que o movimento liderado por Zama tinha interesses monarquistas.

(...) Relativamente ao governador da Bahia nem ao menos podem aproveitar à defesa da mashorca os dous ultimos pretextos. Elle foi eleito depois de inteiramente votada a constituição do estado. E ninguem tem o direito de presumir que elle adherisse ao golpe de estado, após o qual, os seus telegrammas, sempre reservadíssimos, encerravam apenas o compromisso de «manter a ordem». De tibieza na devoção à republica não poderiam accusar

¹⁵ O Pequeno Jornal, 27 de novembro de 1891. “O governo da Bahia” In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 35-38.

¹⁶ Jornal de Notícias em 27 de novembro de 1891. Trecho do ofício enviado por Sátiro Dias ao governador interino general Tude Neiva. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 40-41.

os verdadeiros republicanos, muito menos os cabeças do assalto que foi buscar os seus chefes nos ultimos refugios do monarchismo impenitente.¹⁷

O manifesto de Rui Barbosa gerou respostas nos jornais baianos. No dia seguinte, o *Pequeno Jornal* divulgou seu posicionamento em relação ao tema.

Os novelleiros do dia

Estamos informados de que a commandita, por si e seus agentes, tem passado varios e numerosos telegrammas para o Rio insinuando que o movimento aqui havido a 24, occultavam-se tremendos manejos sebastianistas.

A verdade d'essa informação verifica-se pela attitude do sr. Ruy Barbosa na imprensa fluminense.

Julgamo-nos dispensados de dar resposta à tão torpe especulação.

Na consciencia universal do povo bahiano está a convicção da mentira.

O facto da aclamação do general Tude é a prova mais cabal de que ninguem aqui pensou, nem pensa em conspirar contra as instituições republicanas.

A restauração da monarchia no Brazil, nós o dissemos, a 9 de fevereiro de 90, é um impossivel moral, até porque, acrescentamos, não ha o que restaurar.

Veja-se o discurso, que proferimos no Polytheama naquelle dia.

A attitude do *Pequeno Jornal*, desde a revolução de 15 de Novembro tem sido franca e decidida. Aceitamos lealmente a forma republicana, combatendo sempre os abusos implantados, ou reproduzidos do passado.

Da tribuna da camara dos deputados, com maior isempção, nos declaramos tão impossiveis com a monarchia como com a republica da — Serra da Fatura — que tinhamos.¹⁸

Neste dia 28, o *Jornal de Notícias* também publicou um texto não somente criticando os atos do dia 24 como também dando espaço às insinuações de que havia interesses monarquistas por parte das lideranças do movimento sedicioso.

As occurrencias de 24

Esperavamos que, em successão aos tristes acontecimentos que do dia 24 feriram a lei e mancharam de sangue de irmãos as ruas d' esta capital, o estado voltasse ao regimen da legalidade, para à sua sombra cumprirmos o nosso dever, de analyistas imparciaes e severos.

Continuando, porém, a alta administração n'uma anormalidade que não podemos approvar, o nosso protesto se não deve demorar, por mais, contra aquelles factos e contra a irregularidade presente da nossa vida politica.

Costumados à reflexão, precioso requisito do homem publico, furtamo-nos a que a nossa palavra, sempre ao serviço do direito, seja por quem for, podesse inquinarse, nas impressões de momento, do vicio da paixão, profundamente pernicioso ao jornalista, a quem cumpre fornecer ao historiador os mais puros elementos apreciativos.

¹⁷ Diário de Notícias do Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1891. Trecho do manifesto do conselheiro Rui Barbosa intitulado “**Restauração da Legalidade**”. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.51-54.

¹⁸ O Pequeno Jornal, 28 de novembro de 1891. “**Os novelleiros do dia**”. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.62-64.

Censurando os acontecimentos da deposição do primeiro governador republicano, recordamo-nos de haver, com inteira verdade, escripto as palavras seguintes, que bem se ajustam à campanha de 24:
 «...E elles são dignos de um estudo serio e demorado, por isso que encerram um precedente que deve ser esmagado, desde já, afim de que o governo do estado não fique à mercê de agitações que não se explicam e não caia n'esse perigoso abysmo em que se afundaram os antigos partidarios monarchicos — a politicagem.»¹⁹

Flores (2016) ressalta que era comum na época que os movimentos de oposição aos governos fossem qualificados como uma tentativa de regresso ao antigo regime. Isso se dava por conta de uma cláusula pétrea da Constituição que proibia qualquer intento de retorno à Monarquia. “A cláusula de pedra se tornaria um poderoso álibi para acusar qualquer opinião contrária aos governantes de restauradores e sebastianistas, expressões de significação pejorativa para o ideário monarquista” (FLORES, 2016, p.55).

O período após a deposição de Gonçalves é um momento que pode chamar a atenção pela cisão provocada na imprensa baiana que se dividia entre os apoiadores e opositores ao ex-governador. É compreensível que pelo lado gonçalvista, o *Jornal de Notícias* tenha ganhado destaque por ser um dos principais periódicos do estado. Já o *Pequeno Jornal* conquistou a sua relevância por ter como proprietário o deputado Cezar Zama, que era o principal representante do lado opositor e, também, pelo seu protagonismo na manifestação popular que levou à queda de Gonçalves.

A rivalidade existente entre os periódicos é um elemento de suma importância para o surgimento da opinião pública. De acordo com Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1964), para que exista a opinião pública é necessário que haja controvérsia, já que opinião pública pressupõe discussão pública. Ele ainda ressalta que essa controvérsia é colocada pelos grupos de interesses que não somente a estabelece, como também a amolda conforme os seus objetivos.

Andrade (1964) cita o sociólogo estadunidense Donald Pierson para afirmar que a opinião pública nasce do jogo de diferenças de interesses, de motivos e de julgamentos individuais que colidem, entram em conflito e se manifestam por meio de notícias.

¹⁹ Jornal de Notícias do dia 28 de novembro de 1891. “**As ocorrências de 24**”. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.64-66.

Nesse mês de instabilidade política vivido pela Bahia, diversos argumentos sustentaram os posicionamentos destes lados antagônicos sendo que o principal deles é a legalidade. Os gonçalvistas defendiam que o mandato de Gonçalves estava legitimado pela Constituição do Estado que foi votada no dia 02 de julho deste mesmo ano; o lado contrário contestava este argumento, afirmando que Gonçalves não poderia apelar para legalidade já que seu mandato foi constituído a partir de diversas irregularidades que desrespeitavam a Constituição estadual.

Quem começa sua existencia violando o mais sagrado dogma democratico — a vontade das maiorias, quem fraudas urnas, rouba votos, forgica actas falsas, e depois de tudo, ri-se, zomba da soberania popular, e faz garbo dos escandalos praticados, não pode em momentos de desespero invocar a constituição para se manter em uma posição, que só é legitima quando delegação popular.

(...) O art. 52 d'esta constituição assim inscreve: « O Governador, ao tomar posse de seu cargo, prestará juramento ou affirmação solemne perante a Assembleia geral em sessão publica, de manter e cumprir com lealdade a Constituição e leis do Estado, **observar e fazer observar a Constituição Federal e as leis emanadas do Congresso** promover quanto em si couber o bem do Estado»

Como cumpriu o sr. José Gonçalves e sua gente a parte d'este artigo que propositalmente fazemos imprimir em letras pretas?

A Bahia e o Brazil inteiro, sabem: declarando-se solidarios com a dictadura, applaudindo-a entusiasticamente em seus telegrammas e banquetes, tornando-se co-reus do grande crime de 4 de novembro, que despedaçou a Constituição Federal.

Quem assim viola o seu juramento, quem rasga de tal forma a propria Constituição estadual, que promettera observar com lealdade, não pode agora pretender abrigar-se sob a sua egide, para conservar posições, que deshonrou. Os violadores da Constituição estadual e federal não tem o menor direito em fallar em constitucionalidade.²⁰

No campo dessas disputas de discursos além da legalidade ou não do mandato de Gonçalves, estava a responsabilidade sobre o desfecho dos atos do dia 24. Enquanto os gonçalvistas afirmavam que Zama e seus apoiadores deviam ser responsabilizados pelas mortes ocorridas durante o ato sedicioso; a oposição declarava que foi a insistência do ex-governador em manter-se no cargo a responsável por transformar um ato pacífico em um ato violento.

As incertezas sobre quem assumiria o cargo legitimamente após a destituição do governador mantinha a instabilidade política na Bahia. Tude, através dos officios enviados ao presidente da Câmara dos Deputados dava sinais de que não queria se manter no cargo e a ausência de garantias de apoio e manutenção da ordem gerava receio na classe política. Sobre essa incerteza

²⁰ O Pequeno Jornal, 30 de novembro de 1891. Editorial **Quod coesaris, coesari**. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.81-85.

de quem substituiria Gonçalves em seu mandato, o *Jornal de Notícias* voltou a dedicar espaço na sua sessão de poemas.

Cantando e Rindo

XVIII

Quem quer? Quem quer? Ninguém. Não ha quem queira.
 Um, si não houvesse o rôlo, aceitaria...
 E o outro disse: Não vou sem garantia...
 Não sou eu quem pratica tal asneira.
 E o casarão da Victoria está fechado,
 Facto que succedeu bem raras vezes.
 E' agora o inquilino tem dois mezes,
 Ou até menos talvez, p'ra ser mudado.
 Dizem mais: que tem almas do outro mundo,
 E na cadeira um aviso, em negro fundo:
 — Quem não tiver coragem não se senta —
 Como não ha da casa quem se agrade,
 Acho bom nomear-se logo um frade,
 Com um credito aberto p'ra agua benta.
 (Lulu Parola) ²¹

Além da incerteza sobre quem assumiria o governo do estado, os defensores de Gonçalves faziam questão de criticar a permanência do general Tude no cargo. Fato que, para esse grupo, representava não somente a ilegalidade como também a paralisia administrativa do Estado.

A dictadura estadual

Os factos occorridos a 24, alem da deploravel repetição da deposição de um governador, precedente funesto que d'ora em diante (e oxalá o nosso pressagio minta) teremos que amargurar por varias occasiões, entregaram-nos a acephalia governativa em que, desde oito dias, tem se escoado nossa vida pública.

Incubindo do poder, à força dos acontecimentos, o general Tude Neiva illegalmente guarda a direcção deste estado, n'uma anormalidade que tanto prejudica os simples expedientes das diversas repartições, como a esperança geral em completo e effectivo restabelecimento da ordem e da paz.

(...). Assim é que desconhecemos ainda a que mãos terminará por serem confiados os destinos estaduaes: si ao governador deposto, reintegrado, si a alguns dos seus substitutos legaes, si a representantes da sedição de 24.

Nessa irresolução não se nos deparam apenas os prejuizos que está soffrendo o andamento regular dos nossos negocios administrativos; della emana tambem a aggravação do desassocego publico, pela insistente emissão de boatos perturbadores, que desencontram-se e entrechocam-se, sinistramente presagiosos (...)²²

²¹ Jornal de Notícias do dia 30 de novembro de 1891. Poema de Lulu Parola publicado na sessão **Cantando e Rindo**. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.92.

²² Jornal de Notícias do dia 02 de dezembro de 1891. **A dictadura estadual**. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.123-124.

Além da instabilidade gerada pela paralisia administrativa, pois durante o período em que esteve à frente do Executivo baiano o general Tude preocupou-se somente em manter a ordem pública, o clima de inconstância permanecia, gerado pelos boatos que levantavam a possibilidade de uma nova sedição com o propósito de restaurar o poder de José Gonçalves. Esses rumores ganharam força após o encontro do ex-governador com o tenente-coronel Abreu Lima, que foi enviado pelo presidente Floriano Peixoto para verificar as consequências do ato do dia 24. Em sua edição do dia 04 de dezembro o Pequeno Jornal publicou um texto acusando Gonçalves e seus aliados de espalhar os boatos que reforçavam o ambiente de insegurança no estado.

Nós e elles

Enquanto tranquilos e socegados nós esperamos o epilogo rigorosamente logico dos últimos acontecimentos, os nossos contrarios empregam todos os meios, mesmo os mais reprovados, para a reconquista das posições officiaes, sem as quaes impossivel lhes é viver politicamente.

Ao lado dos mais estranhos boatos, propositalmente para intimidar as familias e perturbar a tranquillidade publica, percebe-se o trabalho surdo, a que se entregam para chegarem a seus fins.

Na quarta-feira, por alguns pontos desta cidade correu que o redactor-chefe desta folha havia sido assassinado: por outros que havia sido preso por ordem do sr. José Gonçalves, que havia retomado as redeas da administração.

O nosso escriptorio encheu-se de gente, que para ali correu, tomada de espanto com taes boatos.

Na quinta-feira, novas e aterradoras balelas continuaram a circular.

«O 16º batalhão havia francamente se declarado pelo governador deposto e tinha resolvido repol-o a força d'armas ao meio dia, segundo uns, a 1 hora segundo outros.»

O boato tomara corpo até porque nesse dia o *Diario da Bahia* publicou o nome do commandante, e de alguns officiaes daquelle corpo, foram visitar o ex-governador.

O terror e a anciedade se esplanaram pela cidade, receiosa de novas scenas de sangue.

A noite desse mesmo dia fomos procurados por cidadãos conspicuos, e de importante posição social, que de nós inquiriam o que havia de real em tudo isto.

Hoje ainda o *Diario da Bahia* publicou os nomes de varios officiaes do 9º que declararam não haver tomado parte nos acontecimentos do dia 24.

Não podemos comprehender o alcance de tal publicação, aliás inútil, porque todo mundo sabe que a guarnição conservou-se nos quartéis, e que o movimento foi todo popular e pacifico, e teria terminado sem o menor incidente desagradavel, si não fosse a imprudencia do official de policia, que se achou na secretaria de policia, e que fusilou o povo inerme, não sabemos si por conta propria ou ordem superior.

(...) O ex-governador continua no logar mais publico desta cidade a ser o centro, em torno do qual se fabricam os boatos, e quiçá alguma cousa mais. Tudo isto serve somente para alarmar o espirito publico.

Durante o dia de hontem, e até o momento em que escrevemos a inquietação publica continua no mais alto grau.²³

Neste mesmo texto, a folha do deputado Zama ainda buscou justificar a ausência de atos administrativos do general Tude Neiva, afirmando que para aquele momento era indispensável conservar o governo e que o objetivo principal seria manter e garantir a ordem pública. Essa necessidade seguia sendo defendida por aqueles que representavam a oposição ao governador deposto. Isso porque ainda circulavam boatos sobre a organização dos gonçalvistas com o objetivo de fazer com que o Gonçalves retomasse o seu posto. Em 15 de dezembro, o *Pequeno Jornal* publicou mais um texto falando sobre esse tema. A folha de Zama afirmava que os aliados de Gonçalves estavam reunindo capangas para tomar o poder à força.

Ao exm. sr. general Tude e ao povo bahiano

Tem-nos repugnado sempre acreditar em alliciamento de capangas pela gente do sr. José Gonsalves para perturbarem a ordem e tranquilidade de que temos passado, com o fim de reporem à força nas posições o governador deposto.

Deante porém de provas de certa ordem, somos obrigados a render-nos à evidencia.

Não, não é mentiroso o boato, que por esta cidade tem corrido. A grey gonçalvista está empregando meios de cercar-se de capangagem.

Carta de pessoa fidedigna, e do maior critério, escripta dos *Olhos d'Agua* — comarca de Alagoinhas — confirma o vergonhoso plano, engendrado pelos desesperados pela perda do poder.

Essa carta nos foi obsequiosamente mostrada, e tal posição social, e a seriedade do signatario, cujo nome omittimos para não expol-o à vindicta dos ursos, que cercam o ex-governador, que não podemos deixar de chamar a attenção do illustre sr. general Tude, e de quem mais competir para o trecho, que em seguida transcrevemos:

«Sobre isso posso affirmal-o ser verdade, que os amigos de José Gonsalves estão armando gente para a eventualidade de uma lucta.

O Ignacio Bastos ordenou ao subdelegado, supplentes e inspetores de quarteirão de *Olhos d'Agua* que notificassem o povo para se armar e estar prompts para seguir à primeira ordem em defeza do José Gonsalves.

O factó é verdadeiro, por me ter sido communicado não só por inspectores, como por muitas pessoas do povo que me tem consultado sobre o que deverão fazer.

Communique ao Zama para dar a noticia no Pequeno Jornal. » (...) ²⁴

Então, no período em que Tude Neiva permaneceu à frente do governo baiano, os periódicos favoráveis a Gonçalves afirmavam que o estado estava sem comando e que era urgente a

²³ O Pequeno Jornal. 04 de dezembro de 1891. “Nós e elles”. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.164-166.

²⁴ O Pequeno Jornal, 15 de dezembro de 1891. **Ao exm. sr. general Tude e o povo bahiano**”. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 327-329.

necessidade de se estabelecer um governo legítimo para retirar a Bahia do seu estado de paralisia administrativa, enquanto os opositoristas afirmavam que a presença do general na chefia do Executivo era essencial para a manutenção da segurança e da ordem.

Tude deixou o governo do estado em 17 de dezembro de 1891. No dia seguinte, o jornal *Diário da Bahia* publicou uma troca de correspondências entre o emissário do governo Federal, o tenente-coronel Francisco de Abreu Lima, e José Gonçalves. Em sua carta, o militar informava sobre a saída do general Tude Neiva, que abandonava o cargo por motivos de saúde e solicitava que o governador deposto evitasse qualquer tipo de movimentação a fim de retomar o poder. Em resposta Gonçalves afirmou:

«Ao illustre cidadão tenente-coronel Abreu Lima. — Acabo de receber vossa carta de hoje, em que tendes a bondade de communicar-me que mandastes transcrever nos jornaes da tarde o officio com que o sr. general Tude por doente vos entregou o governo deste estado e telegraphastes ao sr. marechal presidente da republica e appelaes para o meu patriotismo, afim de que, influindo com meus amigos, poupe esta heroica população qualquer perturbação da ordem publica, evitando assim derramamento do generoso sangue bahiano; e, em resposta, cumpre-me dizer-vos que, não tendo occorrido circumstancia de ordem legal e de interesse publico que modifique a situação em que, como governador deste estado, achava-me por occasião do motim do dia 24 do mez proximo findo, minha attitude continua a ser a mesma de ordem e respeito às constituições da União e deste estado. Sinto-me que me julgueis capaz de concorrer sequer para a perturbação da ordem publica, por ser meu empenho de honra não desmerecer do conceito do meu paiz, nem mentir aos meus deveres, promovendo a anarchia, o descrédito das instituições e muito menos consentir o derramamento do sangue precioso dos filhos desta terra, que estremeço. Com os meus amigos vos bem direi se fizerdes outro tanto. Saude e fraternidade. — José Gonçalves da Silva, Bahia 17 de dezembro de 1891. »²⁵

Confirmada a saída do General Tude, o tenente-coronel Abreu Lima assumiu o governo da Bahia interinamente, mas mesmo antes de obter reposta do presidente Floriano Peixoto, se auto proclamou governador. Para a parcela imprensa que apoiava a deposição de Gonçalves, o fato representava uma solução pacífica para a crise política do estado.

Emfim

Desde hontem à tarde esta cidade sente-se jubilosa. Todos estão satisfeitos. Está resolvida pacifica e honrosamente para todos a especie de crise politica, em que nos achamos.

Assumi as redeas da administração d'este Estado, em consequencia da enfermidade do illustre sr. general Tude Neiva, o sr. tenente-coronel dr.

²⁵ Diário da Bahia, 18 de dezembro de 1891. Carta do ex-governador José Gonçalves, emitida em resposta ao tenente-coronel Abreu Lima. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 373-374.

Francisco de Abreu Lima, que é uma garantia para todos, quer pelo interesse de seu character, quer pela lucidez de sua intelligencia, quer finalmente pela sua imparcialidade no meio dos litigantes dos ultimos tempos.

A esperança de uma nova ordem de cousas na administração publica renasce em todos os corações. As familias sentem-se tranquilladas, e desassombrados os espiritos, que viviam preocupados do futuro.

A Bahia vae entrar em uma nova phase, e concorrer para a reorganisação final da republica com os elementos sãos, que tem em seu seio.

O poder publico, d'ora em diante, inspirará confiança e respeito à todas as classes pela rectidão de seu procedimento, pela moralidade de seus actos, e pela mais segura garantia a todos os direitos civis e politicos de nossos concidadãos, nós o esperamos.

Applaudimos cordealmente o desenlace, que teve a questão bahiana, porque foi restabelecimento da ordem moral calcada aos pés pela apparencia da ordem legal. (...) ²⁶

Já a imprensa gonçalvista não se mostrou a favor do emissário do Governo Federal assumindo o Governo do Estado e, voltava a utilizar o argumento da ilegalidade, para sustentar a sua posição contrária. Lulu Parola, que desde a deposição de Gonçalves transformou a sua sessão rimada em um espaço para a discussão política, não deixou de tratar sobre o tema Abreu Lima.

Cantando e Rindo

XXXIII

Alguem já está governando
Sem ser um membro legal.
A cousa vae se aclarando...
Alguem já está governando
Veio aos bucados chegando
A intervenção federal.
Alguem já está governando,
Sem ser um membro legal.
Mesmo sem ser aclamado,
Já não é mais interino
Governador é chamado,
Mesmo sem ser aclamado.
Do embaixador nomeado,
Que perspicacia, que tino!
Mesmo sem ser aclamado,
Já não é mais interino. ²⁷

Analisando as publicações após a saída do general Tude do governo, podemos constatar que o tenente-coronel Abreu Lima também não foi capaz de ser um nome de consenso entre os gonçalvistas e seus opositores. Deste modo, a imprensa baiana continuava rivalizando em torno

²⁶ O Pequeno Jornal, 18 de dezembro de 1891. “**Emfim**”. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 380-382.

²⁷ Jornal de Notícias do dia 18 de dezembro de 1891. **Cantando e Rindo XXXIII**. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.393.

da deposição de José Gonçalves. Para os gonçalvistas a substituição de Tude Neiva por Abreu Lima não representava uma mudança significativa para o governo do estado já que, sendo também um militar, sua preocupação primordial seria a manutenção da ordem. Além disso, o tenente-coronel era visto como um intruso que não passava de uma representação da intervenção federal e um desrespeito à autonomia da Bahia.

Com o intuito de demonstrar que o novo governador representava a imposição de uma ditadura na Bahia, o *Diário de Notícias* que, ao lado do *Jornal de Notícias*, era um dos principais opositores ao movimento sedicioso, voltou a publicar uma carta em que o tenente-coronel Abreu Lima negava qualquer intenção de ocupar o cargo de governador.

É uma verdadeira «ballela» o boato de que tivesse vindo para assumir o governo deste estado. É tão disparatada tal idéa que quasi dispenso-me de demonstrar sua exactidão. Ella só poderia ser viavel tratando-se de um governo dictatorial; porém a ditadura já foi abatida e sendo eu um dos militares que tiveram a honra de tomar parte activa no feito patriotico de 23 de novembro, não podia cahir immediatamente em tão flagrante incoherencia, salvo um accidente pathologico de mentalidade.²⁸

Mesmo com o apoio da imprensa anti-gonçalvista, Abreu Lima não conseguiu se firmar no governo, ocupando o cargo por menos de uma semana. Já no dia 22 de dezembro, diversos jornais publicaram que o presidente Floriano Peixoto não apoiava que o tenente-coronel se mantivesse como governador e o orientava a buscar um ocupante legítimo, a fim de resolver a crise política do estado.

Nesta mesma data, o *Jornal de Notícias* publicou uma nota convocatória na qual o presidente do senado estadual, Luiz Vianna, era citado como governador.

Ultima hora
CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO
O exm. sr. dr. Luiz Vianna, presidente do senado estadual, no exercício do cargo de governador, convocou, por acto d'esta data, a assembléa geral para reunir-se extraordinariamente amanhã, no salão das sessões da intendencia municipal, ao meio dia, por achar-se em obras a casa onde funciona a assembléa constituinte.²⁹

²⁸ *Jornal de Notícias* do dia 19 de dezembro de 1891. “**Ainda o governo ilegal**”. Carta do tenente-coronel Francisco de Abreu Lima republicada. A citada carta foi publicada pela primeira vez na edição de 05 de dezembro deste mesmo jornal. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.403.

²⁹ Nota publicada pelo *Jornal de Notícias* no dia 22 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 449.

A edição do *Pequeno Jornal* do dia 23 publicou um texto assinado pelo seu proprietário e deputado Cezar Zama. Em seu texto, o redator desmentiu as notícias publicadas no dia anterior que afirmavam que o senador Luiz Vianna havia convocado uma assembleia geral. De acordo com o texto de Zama, a reunião foi realizada em um dos salões do Hotel Paris, a convite dos tenentes-coronéis Francisco de Abreu Lima e Antonio Moreira Cesar e participaram dela os deputados federais: Severino Vieira, Leovigildo Filgueiras, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho e Paula Guimarães como representantes de José Gonçalves e, representando a parte contrária, estavam presentes o próprio Zama, Augusto Ferreira e Prisco Paraizo.

A assembleia que, conforme Zama, foi liderada por Abreu Lima e tinha como objetivo pôr fim à crise política do estado que se arrastava desde o dia 24 de novembro. Para isso, o tenente-coronel afirmou que ambos os lados precisavam ceder em suas pretensões. Ao final, as partes envolvidas chegaram a um acordo que definia os seguintes pontos:

- 1º Renuncia do sr. José Gonçalves do cargo de governador;
- 2º Aceitação do nome do sr. Leal Ferreira para presidente do senado;
- 3º A convocação immediata do congresso pelo sr. Luiz Vianna, como presidente do senado à vista das condições extraordinarias, em que se achava o Estado, e a sua renuncia do cargo que exercia;
- 4º que ao sr. Leal Ferreira, depois de eleito, passasse o sr. tenente-coronel Abreu Lima o governo de facto de que estava de posse.³⁰

Zama aproveitou o seu texto não somente para publicar as decisões tomadas durante a reunião da qual ele afirma que foi secretário e redator da ata, como também para ressaltar a ineficiência do *Jornal de Notícias* e do *Diário de Notícias*, os seus principais rivais na questão da deposição, ao transmitir as informações sobre o caso.

Eis em toda a sua singeleza e verdade, a narração fiel das occurrencias de hontem.
 O publico fica por estas linhas abilitada a avaliar quão deficiente foi a noticia hoje dada pelo *Diario da Bahia*, e quão inexactas foram as transmittidas a esta cidade pelas illustres redacções do *Diario e Jornal de Noticias*.
 O sr. Severino, em nome de seus amigos, e eu, em nome dos meus, compromettemo-nos solemnemente a cumprir as deliberações tomadas.
 Limito-me a isto, e julgo assim cumprir os meus deveres de politico e jornalista.
 No momento, em que termino este artigo, o relógio marca 8 horas da manhã.
 Bahia, 23 de dezembro de 1891.
 CEZAR ZAMA³¹

³⁰ Trecho do texto “**O desenlace da questão**” publicado no *Pequeno Jornal* do dia 23 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 461-462.

³¹ Trecho do texto “**O desenlace da questão**” publicado no *Pequeno Jornal* do dia 23 de dezembro de 1891

Além do artigo de Zama, o *Pequeno Jornal* publicou também a carta de despedida do tenente-coronel Abreu Lima na qual ele se justificava por ter assumido o governo do estado e afirmava ter conseguido cumprir o seu objetivo que era solucionar a crise política vivida pela Bahia.

Ao povo bahiano

Quaesquer que possam ser as apparencias calumniosas, tenho consciencia que assumi o governo provisoriamente deste Estado por motivos de ordem superior. A salvação da Republica; a conflagração eminente com o triste cortejo do derramamento de sangue desta heroica população me empelliram a este poste transitorio de sacrificios, unica medida que de prompto poderia tomar antes os projectados balões de ensaios para a restauração monarchica. O desdobramento dos acontecimentos que hei de fazer no Rio de Janeiro em companhia dos distinctos amigos que me acompanharam nesta emergencia justificarão tão extrema medida.

Hoje, restituo o governo de facto, que exerci por cinco dias, ao presidente eleito pelo senado e retiro-me satisfeito por acreditar ter prestado a esta terra e a Republica o maior dos sacrificios que pode fazer um homem de honra e patriotismo.

Aos bahianos em geral minha eterna gratidão, pelo auxilio e confiança que em mim depositaram.

FRANCISCO DE ABREU LIMA³²

Sobre a saída de Abreu Lima, o *Jornal de Notícias* se pronunciou mais uma vez através das poesias de Lulu Parola.

Cantando e Rindo

XXXVIII

Lavremos, pois, uma acta...
 Cada qual cede um bocado
 Do bem publico se trata:
 Lavremos, pois, uma acta.
 Isto é nó que se desata;
 Não precisa ser cortado.
 Lavremos, pois uma acta...
 Cada qual cede um bocado
 Foi um ligeiro accidente
 Pathologico e chinfrim
 Já está em paz toda gente;
 Foi um ligeiro accidente.
 O super-omnia tenente,
 Viu perdido o seu latim.
 Foi um ligeiro accidente
 Pathologico e chinfrim
 LULU PAROLA³³

³² Carta de despedida do tenente-coronel Francisco de Abreu Lima publicada no *Pequeno Jornal* do dia 23 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.466-467.

³³ Poema publicado na sessão Cantando e Rindo do *Jornal de Notícias* do dia 24 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 498-499.

Mesmo com o caso da deposição solucionado, o *Pequeno Jornal* ainda encontrou uma oportunidade para repreender o seu rival. No dia 25 de dezembro, publicou a carta de um leitor comentando a atuação do *Jornal de Notícias* e o criticando por ter se aliado aos gonçalvistas. No decorrer do texto, o escritor confronta diversas informações trazidas por este periódico

Portanto, muito propositalmente — tendo deixado decorrer alguns dias, aclamarem-se os animos e restabelecer-se o socego do publico imparcial e sensato, eis-me agora aqui para mostrar a quem quiser ver quanto o *Jornal de Notícias* tornou-se hediondo e vil, com tal modo de proceder.

Esse órgão que se intitula neutro, independente e não sei mais o que, desprezando as suas mais gloriosas tradições para envolver-se n'um manto esfarrapado de falso patriotismo que lhe forneceu o sr. José Gonçalves e seus satellites, mostrou-se atrevidamente apaixonado quando, mentindo descaradamente, deu a artilosa noticia de facto que passou-se em presença de muita gente honrada, que a esta hora já tem juizo formado sobre tão illustre representante da imprensa.

Quero crer que o nobre defensor do povo... gonçalvista assim procedeu, por já não estar aqui o digno emissario do governo central; enganou-se porém, suppondo não existir na Bahia quem tivesse o necessario civismo para desmascaral-o como uma folha que perdeu o criterio, a honra e os mais rudimentares principios de seus deveres.

(...). De tudo quanto ficou dito, creio ter ficado bem patente a insolencia com que o Jornal mentiu e enganou aos seus honestos leitores. E por isso, parodiando o seu eximio escriptor das «Notas da Noite», concluo.

Por Deus! Quem me ensina o logar onde metteram-se o pudor e o criterio do Jornal de Noticias?

Quem tem para ceder-lhe um pouquinho dessas virtudes grandiosas da imprensa?³⁴

Obedecendo ao que foi acordado na reunião realizada no dia 22 de dezembro, no dia seguinte, realizou-se uma sessão no Senado em que o presidente Luiz Vianna renunciou ao cargo. Nesta mesma sessão, na qual compareceram treze senadores, foi realizada uma nova eleição em que concorreram o antigo presidente da casa, Luiz Vianna e o contra-almirante Joaquim Leal Ferreira, sendo que este último saiu como vencedor ao receber doze votos.

Assim como determinava a Constituição Estadual da época, por ter sido eleito presidente do Senado, Leal Ferreira assumiu também o cargo de governador do estado, já que este foi renunciado por José Gonçalves. Tanto para a imprensa baiana quanto para os políticos do estado que desde o dia 24 de novembro estavam polarizados por conta da questão da deposição do

³⁴ Trecho da carta do 2º tenente de artilharia, Sesefredo Francisco de Almeida intitulada “**O Jornal de Notícias e a verdade dos factos**” publicada no *Pequeno Jornal* do dia 27 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. *História da Sedição na Bahia* (1893) p.507-513.

governador, o nome de Leal Ferreira representava uma consonância. Ele simbolizava o desfecho de um caso, que se prorrogou por quase um mês, sem a existência de vencedores ou de vencidos, pois, para os gonçalvistas, o almirante representava a legalidade, já que foi eleito presidente do Senado e, diante da renúncia oficial de José Gonçalves, seria o seu representante legal. Para os oposicionistas, o novo governador simbolizava a confirmação da vontade do povo que foi às ruas destituir o governo ditatorial.

Retornando ao conceito de opinião pública estabelecido por Andrade (1964), a solução do caso da deposição de José Gonçalves se enquadraria na terceira fase de formação e desenvolvimento da opinião pública onde os argumentos racionais começam a preponderar e a demarcar linhas em torno da questão controvertida, surgindo então o que ele chama de *consensus*, em que não é a opinião da maioria ou da minoria, mas uma opinião mesclada de todas as opiniões individuais ou grupais presentes na discussão pública.

Sobre José Gonçalves, a sua destituição não o fez abandonar a política e nem reduziu a sua importância neste meio. Nas eleições estaduais que foram antecipadas para o ano de 1892, se tornou presidente do Partido Republicano Federalista (PRF), que foi fundado neste mesmo ano e elegeu-se senador estadual. A eleição de 1892 foi convocada com o objetivo de pôr fim às instabilidades políticas do estado e foi a primeira realizada com voto direto, neste processo Joaquim Manuel Rodrigues Lima se tornou governador da Bahia, tomando posse no dia 28 de maio deste ano.

Já Cezar Zama, concluiu o seu mandato como deputado em dezembro de 1893. Foi reeleito para a legislatura de 1894-1896, sendo este o seu último mandato, pois decidiu abandonar a política e passou a dedicar-se à advocacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da República na Bahia foi um momento conturbado, não somente pela novidade que o regime propunha como também por trazer uma expectativa de surgimento de novas lideranças políticas. O que não ocorreu pois, os políticos do Império se utilizaram do prestígio conseguido para se manter no poder e ajustar essa nova ordem aos seus interesses.

Nessa disputa por cargos, ocorreram diversas trocas no Poder Executivo do estado (em três anos a Bahia possuiu oito governadores) com o objetivo de alcançar a estabilidade política. Dentre as trocas mais relevantes desse período sem dúvidas foi a de José Gonçalves da Silva. Quarto governador republicano e primeiro eleito por uma Assembleia Constituinte e, também, o primeiro e único a ser deposto.

Gonçalves, assim como outros governadores do Brasil, apoiaram o presidente Deodoro da Fonseca em sua decisão de fechar o Congresso Nacional e instituir uma ditadura no país. Ato fracassado que provocou não somente a renúncia de Deodoro como também a queda dos governadores aliados ao presidente.

O que chama a atenção no caso de Gonçalves é que este não renunciou ao cargo, mas foi obrigado a abandoná-lo após pressão popular. Pressão essa incentivada por órgãos da imprensa que eram desafetos do então governador, com destaque para o *Pequeno Jornal*, que pertencia ao deputado Cezar Zama.

O interessante neste episódio é discutir a imprensa como um campo de disputa política, onde os discursos são usados no sentido de convencer a chamada opinião pública. Este tema de grande valor para os periódicos brasileiros desde as primeiras publicações, foi se tornando cada vez mais relevante com o passar do tempo.

A análise das publicações de alguns jornais da época permitiu evidenciar a importância que o caso Gonçalves teve para a imprensa baiana. O fato se tornou pauta principal dos periódicos do estado e provocou disputas entre os mesmos no sentido de convencer a opinião pública daquilo que eles defendiam. A imprensa funcionava como uma espécie de porta-voz publicando não somente os textos de seus redatores, como também cartas e manifestos daqueles que compactuavam o ideário defendido por cada jornal. Essa participação popular nas páginas desses periódicos podia funcionar como uma maneira de compreender como essas ideias estavam chegando à população, mesmo que de uma forma não tão abrangente, já que no período estudado a maioria da população do estado era analfabeta.

A partir das cartas divulgadas pode-se compreender que a política era um tema que interessava não somente àqueles que pertenciam às classes mais abastadas, como também a aqueles das classes mais pobres que tinham conhecimento da leitura e da escrita. Essas chamadas “pessoas

do povo”, que tiveram acesso ao letramento, também utilizaram as páginas dos jornais para expressar a sua opinião política e faziam questão de ressaltar a sua condição social nas cartas enviadas dando a entender, deste modo, que este setor da população também estava consciente dos acontecimentos políticos.

Como já mencionado, o tema abordado por esta pesquisa é ainda pouco explorado apesar de se tratar de um caso que comporta certo ineditismo. Assim, a pesquisa realizada encontrou limites devido à falta de trabalhos que tratassem da temática abordada e, para além disso, também sofreu limitações devido ao período pandêmico vivenciado em esfera global e que dificultou a realização de pesquisas em arquivos.

Ademais, a pesquisa realizada não teve a pretensão de esgotamento do tema, sendo que o aprofundamento deste ainda se encontra em estágio inicial e, deste modo, comporta sua revisitação a fim de sanar possíveis omissões ou superficialidades.

FONTES

BN. Jornal de Notícias de 04 de março de 1891 a 15 de fevereiro de 1892. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021

BN. Pequeno Jornal de 15 de outubro de 1890 a 24 de novembro de 1891. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021

TOURINHO, José Gonçalves. História da Sedição na Bahia em 24 de novembro de 1891.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. T. de S. Mito e Realidade da Opinião Pública. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 11, abr-jun, p.107-122, 1964. Disponível em: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901964001100004.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2021.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e Classe Média em Salvador (1870-1889)** (Dissertação de Mestrado) Salvador: FFCH/UFBA 1992. Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_republicanismo_e_classe_media_em_salvador_.1870-1889.pdf>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

CALASANS, José. **Lulú Parola e os acontecimentos políticos de 1891**. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1967. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23824>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

CARVALHO FILHO, Aloísio de. Jornalismo na Bahia, 1875-1960. In: In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**, p.79-100 – 2. ed., rev. e ampl. – Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; SAMPAIO, Consuelo Novais. José Gonçalves. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%20ALVES,%20Jos%20A9.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

CARVALHO, Aloysio de. A imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**, p.41-61 – 2. ed., rev. e ampl. – Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

CARVALHO, Daniel Rebouças. **As crônicas de Lulu Parola na Bahia: Desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (c.1891-1916)**. (Dissertação de Mestrado) Salvador, FFCH/UFBA 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14526/1/Daniel%20Rebou%20A7as%20Carvalho%20disserta%20A7%20A3o%20completa%20Lulu%20Parola%20pdf%20completo.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2021.

FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**, p. 45-88 – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (O Brasil Republicano v. 1)

FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. César Zama. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ZAMA,%20C%20A9sar.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

KIELING, Camila Garcia. **Imprensa na História e História na Imprensa: Jornalismo e opinião no Brasil Regência**. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1529-1.pdf>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (organizadoras). **História da Imprensa no Brasil**, p. 45-80, 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (organizadoras). **História da Imprensa no Brasil**, p. 23-43, 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. (Dissertação de Mestrado), Salvador: FFCH/UFBA 1973. Disponível em:

<https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_os_partidos_politicos_da_bahia_na_primeira_republica.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. Rodrigues Lima. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em 04 de abril de 2021.